



Hinc patriam sustinet

Instituto Superior de Agronomia
Universidade de Lisboa

RELATÓRIO INTEGRADOR DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Sandra Isabel Franco Coelho Fernandes Nóbrega Lopes

Relatório para a obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Agronómica

Orientadora: Professora Associada Isabel Maria Gomes Rodrigo

Júri:

Presidente: Doutor José Luís Monteiro Teixeira, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor Raul da Fonseca Fernandes Jorge, Professor Associado com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutora Isabel Maria Gomes Rodrigo, Professora Associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Lisboa, 2013

Agradecimentos

Ao apresentar este Relatório Integrador da Atividade Profissional para obtenção do Grau de Mestre, desejo manifestar a minha gratidão a todos os que, de alguma forma contribuíram para a sua elaboração.

Em particular à Professora Isabel Rodrigo, do Departamento de Ciências e Engenharia de Biosistemas (DCEB), do Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade de Lisboa (UL), pela disponibilidade demonstrada na orientação deste relatório, por todo o acompanhamento e apoio que me prestou.

Ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP, I.P.) por me ter dado a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante a Licenciatura.

Um agradecimento especial à minha família, amigos e colegas, por todo o apoio, em particular ao Miguel pelo incentivo na elaboração deste relatório.

Resumo

O presente relatório tem como objetivo descrever de forma detalhada a atividade profissional desenvolvida pela autora, em cumprimento das Normas apresentadas pelo Conselho Científico do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Lisboa, para Elaboração do Relatório Integrador da Atividade Profissional nos termos do n.º 3 do art. 3º do Regulamento Geral dos Segundos Ciclos de Estudos Conducentes ao Grau de Mestre, aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 10544/2011, para Licenciaturas "Pré-Bolonha".

A autora iniciou a sua atividade profissional como colaboradora da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) como técnica do Gabinete de Apoio às Ajudas Comunitárias, e posteriormente como colaboradora de um estudo para o Plano Nacional de Regadios.

Desde junho de 2003 exerce funções como Técnica Superior no IFAP, I.P., no atual Departamento de Ajudas Diretas (DAD), Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural (UADR), nomeadamente nas Medidas Agro e Silvo Ambientais.

Neste relatório serão descritas detalhadamente as atividades mais relevantes desempenhadas pela autora enquanto técnica do IFAP, I.P., demonstrando as competências e experiência adquirida na Área da Engenharia Agronómica.

O relatório termina com uma apresentação dos principais aspetos da evolução das Medidas Agro e Silvo Ambientais em Portugal.

Palavras-chave

Engenharia Agronómica, atividade profissional, IFAP, I.P., Desenvolvimento Rural, Medidas Agro e Silvo Ambientais.

Abstract

The present report has the objective to describe in detail the professional activity developed by the author, according with the Rules established by the Scientific Council of the Superior Agronomy Institute, Lisbon University, for the Elaboration of the Integrator Report of the Professional Activity according with nr. 3 of art. 3rd from the General Regulation of the Second Cycles of Conducive Studies to the Master Degree, approved by Order (extract) n. ° 10544/2011, for “Pre-Bologna” degrees.

The author initiated her professional activity collaborating with the Portuguese Farmers Confederation (CAP) as Technician in the Support to the Communitarian Aids Department, and later collaborating in a study for the National Plan of Irrigated lands.

Since June 2003 the author is a Superior Technician in the IFAP, I.P., in the current Direct Aids Department (DAD), Unit of Aids for the Rural Development (UADR), namely in the Agri and Forest Environment Measures.

In this report, it will be described in detail the most relevant activities played by the author as a Technician in IFAP, I.P., demonstrating the skills and experience acquired in the Area of Agronomic Engineering.

This report finishes with a presentation of the main aspects of the Agri and Forest Environment Measures evolution in Portugal.

Keywords

Agronomic Engineering, professional activity, IFAP, I.P., Rural Development, Agri and Forest Environment Measures.

Índice

1.	Introdução	1
2.	Habilitações e Formação.....	2
2.1	Habilitações Académicas	2
2.2	Formação Profissional.....	2
3.	Experiência Profissional	3
3.1	Percurso Profissional	3
3.2	Atividades desempenhadas no âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais do PRODER.....	6
3.2.1	Na área do Apuramento das Ajudas	7
3.2.2	Na área das Auditorias, Certificação de Contas e Missões Comunitárias	13
3.2.3	Na área das Estatísticas	14
4.	Desenvolvimento de competências adquiridas e evolução da experiência profissional	16
5.	Descrição crítica da evolução da experiência profissional	18
5.1	Pontos Fortes e Oportunidades	18
5.2.	Pontos Fracos e Ameaças	19
6.	Evolução das Medidas Agro e Silvo Ambientais em Portugal continental..	20
	Referências bibliográficas	33
	ANEXO A – Certidão de Licenciatura	1
	ANEXO B – Certificados de formação complementar	2
	ANEXO C – Declarações de entidades empregadoras	7

Lista de abreviaturas

BPA – Boas Práticas Agrícolas;

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal;

DAD – Departamento de Ajudas Diretas;

DRAs – Direções Regionais de Agricultura;

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;

FEOGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia;

IFAP, I.P. – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, Instituto Público;

ISA – Instituto Superior de Agronomia;

ITI – Intervenção Territorial Integrada;

MAMAOT – Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território;

OMC – Organização Mundial do Comércio;

PAC – Política Agrícola Comum;

PDRU – Plano de Desenvolvimento Rural;

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente;

PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira;

PRORURAL – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores;

PAS – Pedido de Apoio;

PU – Pedido Único de Ajudas;

UADR – Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural;

UE – União Europeia;

UTL – Universidade Técnica de Lisboa;

Z.P.E. – Zona de Proteção Especial.

1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo descrever de forma detalhada a atividade profissional desenvolvida pela autora, em cumprimento das Normas apresentadas pelo Conselho Científico do Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade de Lisboa (UL), para Elaboração do Relatório Integrador da Atividade Profissional nos termos do nº 3 do art. 3º do Regulamento Geral dos Segundos Ciclos de Estudo Conducentes ao Grau de Mestre, aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 10544/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 160 de 22 de agosto de 2011, para Licenciaturas “Pré-Bolonha”, para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Agronómica.

Pretende-se descrever detalhadamente a atividade profissional desenvolvida pela autora, em especial a sua experiência e competências adquiridas na área da Engenharia Agronómica.

Nos diversos pontos deste relatório apresentam-se as habilitações e formação da autora, a sua experiência profissional, as competências desenvolvidas e uma descrição crítica da evolução da experiência profissional.

No final deste relatório são apresentados os aspetos mais relevantes da evolução das Medidas Agro e Silvo Ambientais em Portugal continental.

2. Habilitações e Formação

2.1 Habilitações Académicas

A autora obteve o Grau de Licenciada em 2002, tendo concluído a Licenciatura em Engenharia Agrónoma, Ramo de Economia Agrária e Sociologia Rural, no Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), em 14 de fevereiro de 2002, com média final de 13 valores, conforme Certidão de Licenciatura que consta do Anexo A deste relatório.

Para efeitos de conclusão desta Licenciatura apresentou em janeiro de 2001 o Relatório do Trabalho Final de Curso intitulado “Análise Económica do Sector do Tomate para transformar”, sob orientação do Professor Francisco Avillez, tendo obtido a classificação final de 18 valores.

2.2 Formação Profissional

- novembro de 2012 – Curso de Formação Profissional – Sensibilização Geral sobre Segurança do Sistema de Informação – Vantagem+ Consultores de Formação, Lda. - 7 horas;
- outubro de 2012 – Curso de Fundamentos da Agricultura Biológica – AGROINFORMÁTICA - SOFTIMBRA – 16 horas;
- maio de 2010 - Curso ORACLE BI Discoverer Plus: Analyze Relational and OLAP Data – ORACLE University - 12 horas;
- março de 2010 – Ação de Formação sobre Supervisão e Acompanhamento de Funções Delegadas - Gestão por Processos – Instituto Nacional de Administração (INA) – 7 horas;
- fevereiro de 2010 - Ação de Formação sobre Supervisão e Acompanhamento de Funções Delegadas - Questões Comportamentais – Instituto Nacional de Administração (INA) – 7 horas;
- janeiro de 2001 – Curso de Economia do Ambiente – ISA/UTL – 50 horas.

Os certificados das formações referidas constam do Anexo B deste relatório.

3. Experiência Profissional

3.1 Percurso Profissional

A autora iniciou a sua atividade profissional em 2002.

Iniciou a sua atividade profissional como técnica do Gabinete de Apoio às Ajudas Comunitárias, na CAP, função esta que exerceu durante cerca de 6 meses. O desempenho desta função proporcionou um conhecimento muito específico do mecanismo de concessão das ajudas da Política Agrícola Comum (PAC), nomeadamente as ajudas concedidas às superfícies agrícolas e animais, e no âmbito das Medidas Agro-Ambientais, previstas pelo Programa RURIS do Quadro Comunitário que decorreu entre 2000 e 2006.

Posteriormente colaborou, sob orientação do Professor Francisco Avillez, e por um período de cerca de 1 ano, num estudo para o Plano Nacional de Regadios. Este estudo proporcionou um conhecimento aprofundado dos sistemas de agricultura mais relevantes no território continental português, com especial ênfase para os diferentes tipos de sistemas de regadio utilizados, bem como uma análise das perspetivas futuras destes sistemas de agricultura, tendo em consideração vários cenários futuros possíveis para a PAC.

Atualmente desempenha funções como técnica, no IFAP, I.P., no âmbito das Ajudas relativas ao Desenvolvimento Rural da PAC, mais concretamente no que concerne ao acompanhamento e gestão das Medidas Agro e Silvo Ambientais. No Anexo C deste relatório consta uma declaração do IFAP, I.P. com as principais funções desempenhadas pela autora.

Estas funções estão atribuídas ao IFAP, I.P., mais especificamente à Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural do Departamento de Ajudas Diretas.

Neste âmbito a autora tem desempenhado funções que incluem as Medidas Agro e Silvo Ambientais, quer do atual período de programação (2007 - 2013), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, (PRODER), da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL) e da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), quer dos períodos de programação anteriores, PDRU (2000 - 2006) e Regulamento (CE) n.º 2078/1992 (1994 - 1999).

Para além das Medidas Agro e Silvo Ambientais a autora desempenha funções, no IFAP, I.P., no Departamento e Unidade referidas anteriormente, relacionadas com a

gestão e acompanhamento da Ajuda Manutenção de Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas do PRODER, Pagamentos Natura 2000 do PRODERAM e Ajuda Apoio aos Regimes de Qualidade do PRODER.

Nos pontos seguintes deste relatório, apresenta-se um enquadramento do IFAP, I.P. e do departamento e unidade na qual a autora tem desempenhado a sua atividade profissional, e mais detalhadamente, as principais atividades desempenhadas.

IFAP, I.P. (<http://www.ifap.pt>)

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas – IFAP, I.P., foi criado através do Decreto-Lei nº 87/2007, de 29 de março e, posteriormente reestruturado de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 195/2012 de 23 de agosto.

É um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira, assim como de património próprio.

Prossegue atualmente atribuições do Ministério da Agricultura e do Mar, (MAM), sob superintendência e tutela do respetivo ministro.

A missão do IFAP, I.P. é proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação de diversas medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

As atribuições do IFAP, I.P. são as seguintes:

Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da PAC;

Garantir o cumprimento da função de organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEOGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);

Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas, bem como de organismo intermédio na aceção do Regulamento (CE) n.º 1198/2006, de 27 de julho de 2006;

Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;

Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

A organização interna e estatutos do IFAP, I.P. foram aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro.

Departamento de Ajudas Diretas (DAD) – Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural (UADR)

Na Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro estão definidas as diversas unidades orgânicas integrantes da estrutura do IFAP, I.P., entre as quais se inclui o Departamento de Ajudas Diretas (DAD).

De acordo com o art. 3º, compete ao DAD:

- assegurar a gestão das ajudas diretas aos agricultores previstas na regulamentação comunitária;
- assegurar a gestão dos apoios ao desenvolvimento rural que lhe vierem a ser cometidos, nomeadamente os sujeitos ao sistema integrado de gestão e controlo;
- assegurar a gestão do regime de condicionalidade no que respeita ao cálculo e aplicação de sanções.

O DAD integra as seguintes Unidades e Núcleos:

- Unidade de Regime de Pagamento Único;
- Unidade de Pagamentos Diretos;
- Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural (UADR);
- Núcleo da Condicionalidade e POSEI.

As Medidas Agro e Silvo Ambientais, no âmbito do Eixo 2 do PRODER, PRODERAM e PRORURAL estão integradas no DAD-UADR.

Conforme Deliberação do Conselho Diretivo n.º 5903/2012 de 29 de novembro do IFAP, I.P., foram definidas as seguintes competências para a UADR:

Assegurar a gestão e o apuramento das ajudas das Medidas Agro e Silvo Ambientais, relativas ao Eixo 2 do PRODER, PRODERAM e PRORURAL;

Assegurar a gestão e apuramento das ajudas das medidas da Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas, relativas ao Eixo 2 do PRODER, PRODERAM e PRORURAL;

Garantir a articulação funcional do instituto com outras entidades, e assegurar as ações de supervisão e acompanhamento de funções delegadas na sua área de intervenção;

Preparar e acompanhar as auditorias, no âmbito do FEADER, realizadas pelas entidades de controlo competentes, comunitárias ou nacionais, no âmbito da sua área de intervenção.

3.2 Atividades desempenhadas no âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais do PRODER

A autora desempenha a função de Técnico Superior, no DAD-UADR.

Embora, conforme descrito no ponto 3.1 deste relatório, a autora tenha exercido funções em diversas Medidas e Quadros Comunitários, serão referidas nos pontos seguintes, dada a maior relevância das mesmas no percurso profissional da autora, apenas as funções relacionadas com as Medidas Agro e Silvo Ambientais, do atual período de programação, no âmbito do PRODER, aplicáveis ao território de Portugal continental, no período decorrido até maio de 2013.

As funções de maior relevância desempenhadas pela autora, no âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais, englobam-se essencialmente nas seguintes áreas:

- na área do Apuramento das Ajudas;
- na área das Auditorias, Certificação de Contas e Missões Comunitárias;
- na área das Estatísticas.

3.2.1 Na área do Apuramento das Ajudas

- As Medidas Agro e Silvo Ambientais

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável, tem como objetivo, designadamente, a melhoria do ambiente e da paisagem rural (Eixo 2).

Os apoios designados por Medidas Agro e Silvo Ambientais previstos no PRODER enquadram-se nas alíneas a) iv) e b) v) do artigo 36º, 39º e 47º desse regulamento.

De acordo com o art. 47º do citado Regulamento, os pagamentos são concedidos por hectare ou cabeça normal aos beneficiários que assumam, a título voluntário, compromissos agro e/ou silvo ambientais.

Estes compromissos são assumidos por um período mínimo de cinco anos.

Os pagamentos cobrem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido.

Com base nas áreas e/ou cabeças normais apuradas, são aplicados escalões degressivos da ajuda para cada um dos compromissos Agro e Silvo Ambientais, e apurados os valores a pagar.

No âmbito do PRODER, e relativamente ao pagamento dos montantes aos beneficiários, o Regulamento (CE) n.º 65/2011 da Comissão, de 27 de janeiro prevê, no seu art. 9º que:

“Os Estados-Membros podem decidir, tendo em conta o risco de sobre pagamento, pagar até 75% da ajuda após a conclusão dos controlos administrativos previstos no art. 11º. A percentagem de pagamento é idêntica para todos os beneficiários da medida ou do conjunto de operações.”

Assim, são fixadas as percentagens de pagamento, geralmente de 70% caso se trate de um pagamento de adiantamento, ou o remanescente caso se trate de um pagamento de saldo.

No caso do Continente (PRODER) estão previstas as seguintes medidas:

- Medida 2.2 – Valorização dos Modos de Produção, aprovada pela Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março e Portaria n.º 427-A/2009 de 23 de abril

Esta Medida engloba a ação designada por “Alteração de Modos de Produção Agrícola” cujas ajudas são concedidas aos agricultores que pratiquem, na sua unidade de produção, o modo de produção integrado ou o modo de produção biológico, a ação “Proteção da Biodiversidade Doméstica” cujas ajudas são concedidas aos criadores de raças autóctones ameaçadas de extinção e a ação “Conservação do Solo” cujas ajudas são concedidas aos agricultores que utilizem técnicas de sementeira direta ou mobilização na linha.

Estas ações têm como objetivos principais:

- promover a adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais e de combate às alterações climáticas;
- incentivar a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que a incorporam;
- garantir a utilização sustentada *in situ* dos recursos genéticos autóctones, designadamente os que são ameaçados de extinção.

- Medida 2.4 – Intervenções Territoriais Integradas (ITIs), aprovada pela Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de março e republicada na Portaria n.º 1234/2010, de 10 de dezembro

As ações previstas nesta medida têm como objetivo principal promover uma gestão dos sistemas agrícolas e florestais adequadas à:

- conservação de valores de biodiversidade;
- manutenção da paisagem;
- preservação de habitats;
- preservação de determinadas espécies da flora e da fauna ameaçadas, de grande valor natural e variedades autóctones;

- diversidade específica e a riqueza florística e faunística.

Os pagamentos aos agricultores que cumpram as exigências impostas nesta medida visam remunerar o serviço prestado de conservação ou de manutenção da paisagem.

A área geográfica de aplicação das ações englobadas nesta medida inclui:

Região Demarcada do Douro – ITI Douro Vinhateiro;

Parque Nacional da Peneda-Gerês, Sítio Serras da Peneda-Gerês e Z.P.E. para as aves selvagens da Peneda-Gerês – ITI Peneda-Gerês;

Parque Natural de Montesinho, Sítio Serras de Montesinho-Nogueira e Z.P.E. para as aves selvagens das Serras de Montesinho-Nogueira – ITI Montesinho-Nogueira;

Sítio Douro Internacional, Parque Natural do Douro Internacional e Z.P.E. para as aves selvagens do Douro Internacional e Vale do Rio Águeda – ITI Douro Internacional;

Sítio da Serra da Estrela e Parque Natural da Serra da Estrela – ITI Serra da Estrela;

Z.P.E. para as aves selvagens do Tejo Internacional, Erges e Pônsul e Parque Natural do Tejo Internacional - ITI Tejo Internacional;

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e Sítio Serras de Aire e Candeeiros – ITI Serras de Aire e Candeeiros;

Z.P.E. para aves selvagens de Castro Verde – ITI Castro Verde;

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Sítio Costa Sudoeste e Z.P.E. para as aves selvagens da Costa Sudoeste – ITI Costa Sudoeste;

Sítio de Monchique e Z.P.E. para as aves selvagens de Monchique – ITI Monchique e Caldeirão;

Z.P.E. para as aves selvagens de Rio Maior, Torre da Bolsa, São Vicente, Vale do Guadiana, Monforte, Veiros, Vila Fernando, Évora (Norte e Sul), Reguengos, Cuba, Piçarras, Sítio de Importância Comunitária de Moura-Barrancos, Monfurado, Cabrela, Cabeção, São Mamede, Nisa/Lage da Prata, Caia, Guadiana e Parque Natural da Serra de São Mamede e Parque Natural do Vale do Guadiana – ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo.

- Formalização das candidaturas

A candidatura às Medidas Agro e Silvo Ambientais no âmbito do PRODER implica a apresentação, no início do compromisso, e durante o período de candidaturas estipulado para as ajudas do Sistema Integrado de Gestão e Controlo, de um formulário específico para este efeito, designado por Pedido de Apoio (PAS).

O PAS é sujeito a aprovação por parte da Autoridade de Gestão do PRODER.

No PAS é espelhada a previsível constituição da exploração a partir do dia 1 de outubro desse ano, em termos de parcelas e respetiva ocupação cultural e animais, evidenciando o compromisso durante os próximos 5 anos.

Em caso de aprovação do PAS por parte da Autoridade de Gestão do PRODER, esta decisão é comunicada aos beneficiários.

Os beneficiários apresentam anualmente, nos 5 anos de compromisso, os Pedidos de Pagamento através do Pedido Único de Ajudas (PU), onde deve ser refletida a realidade da exploração, no período do compromisso que decorre entre o dia 1 de outubro que precedeu a apresentação do pedido de pagamento e o dia 30 de setembro seguinte ao da apresentação daquele pedido.

Desde a campanha 2012 deixou de ser necessária a apresentação do PAS, tendo o mesmo sido substituído pelo PU.

- Funções desempenhadas

Com base nas declarações constantes do PU, são verificadas as condições de elegibilidade e compromissos das medidas em causa, em sede de controlo administrativo e com recurso às diversas bases de dados disponíveis no IFAP, I.P. com informação detalhada nomeadamente das candidaturas, parcelários e animais.

Esta verificação é feita adicionalmente, para uma amostra definida em 5% dos pedidos de pagamento apresentados em cada campanha, com recurso aos resultados de controlo de campo.

Para este efeito, são definidas e analisadas, em cada campanha, todas as validações informáticas a efetuar numa aplicação informática específica, de forma a verificar

todas as exigências de cada medida, e aplicar as penalizações e sanções previstas na legislação em vigor, tendo em vista apurar um valor final a pagar.

O processamento do pagamento implica ainda a afetação dos mesmos às rubricas de pagamento comunitárias definidas, para efeito de comparticipação de despesas por parte da Comunidade Europeia. Atualmente para o pagamento destas ajudas a comparticipação do FEADER é de 85%, e a contribuição do orçamento de estado nacional de 15%.

Estes procedimentos são efetuados anualmente na designada cadeia de apuramento das Medidas Agro e Silvo Ambientais.

A cadeia de apuramento é desenvolvida anualmente, para cada campanha, na aplicação informática para onde é migrada a informação das candidaturas, com o objetivo de proceder ao pagamento das mesmas.

Para este efeito em cada campanha é necessário proceder à:

- análise dos normativos legislativos nacionais aplicáveis. Para as Medidas Agro e Silvo Ambientais do PRODER têm particular relevância as Portarias n.º 229-B/2008 de 6 de março, n.º 232-A/2008 de 11 de março, n.º 427-A/2009 de 23 de abril, n.º 1234/2010 de 10 de dezembro e respetivas alterações;
- análise dos normativos comunitários aplicáveis, em particular os Regulamentos (CE) n.º 1698/05 do Conselho, de 20 de setembro, 1974/06 da Comissão de 15 de dezembro, 1975/06 da Comissão de 7 de dezembro e respetivas alterações;
- definição e verificação das validações da cadeia de apuramento das ajudas, de forma a verificar nas declarações da candidatura, e, com recurso às bases de dados disponíveis e resultados de controlo de campo, o cumprimento das condições de elegibilidade e compromissos das medidas;
- definição e verificação, na cadeia de apuramento, das penalizações e sanções aplicáveis no caso de incumprimento de condições de elegibilidade, compromissos das medidas ou divergências entre dados declarativos e verificados, conforme definido na legislação em vigor;

- definição e verificação, na cadeia de apuramento, dos valores para pagamento, para os quais são considerados os escalões de ajuda degressivos, definidos em cada medida na legislação em vigor;
- parametrização das ajudas, o que implica a definição na aplicação informática do tipo de ajuda, tipo de pagamento, programa comunitário, e rubrica comunitária para afetação da respetiva percentagem de comparticipação comunitária;
- verificação dos montantes e quantidades apuradas para pagamento nas Medidas Agro e Silvo Ambientais, em cada apuramento efetuado;
- preenchimento de listas de controlo referentes às principais validações e procedimentos efetuados, de forma a assegurar que são executados todos os procedimentos necessários ao apuramento das ajudas definidos nas Normas de Procedimentos do IFAP, I.P.;
- execução dos procedimentos necessários ao processamento dos pagamentos por parte do Departamento Financeiro, que inclui envio de documentos internos com informação dos pagamentos a realizar após aprovação superior;
- análise de pedidos de alteração de candidaturas por parte dos beneficiários ou seus legais representantes;
- elaboração de respostas relativamente a pagamentos, penalizações, sanções aplicadas e outros pedidos de esclarecimento remetidos pelos beneficiários ou seus legais representantes, associações, tribunais, entidades externas e diversas unidades do IFAP, I.P.;
- apoio em *back-office* ao “*call-center*”, através da aplicação informática específica, para efeito de prestação de esclarecimentos às entidades, associações e beneficiários ou seus legais representantes.

Para além das tarefas referidas são efetuadas outras tarefas indiretamente relacionadas com o pagamento das ajudas, nomeadamente:

- gestão dos processos de recuperação de verbas inerentes a pagamentos indevidos de ajudas, que inclui o apuramento dos valores em dívida, toda a tramitação dos processos, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo, e emissão de pareceres e respostas ao Departamento Jurídico;

- representação do IFAP, I.P. perante a Polícia Judiciária e tribunais para prestação de declarações no âmbito de processos em fase de inquérito ou como testemunha;
- representação do IFAP, I.P. nas reuniões do Conselho Nacional de Produção e Proteção Vegetal;
- colaboração na atualização das Normas de Procedimentos Internas do IFAP, I.P.;
- colaboração na elaboração do Relatório Anual de Atividades e Contas do IFAP, I.P.;
- acompanhamento e análise das propostas legislativas comunitárias para a PAC no período 2014 - 2020.

3.2.2 Na área das Auditorias, Certificação de Contas e Missões Comunitárias

Periodicamente são realizadas diversas ações de auditoria com vista a verificação do desempenho das funções atribuídas ao IFAP, I.P..

Para este efeito, e no âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais, destacam-se as Certificações de Contas realizadas anualmente pela Inspeção Geral de Finanças, Auditorias Internas, Auditorias Externas e Missões Comunitárias realizadas por auditores da Comissão e do Tribunal de Contas Europeu.

- Funções desempenhadas

O acompanhamento da certificação de contas, auditorias e missões comunitárias implica:

- participação em reuniões preparatórias das ações de auditoria;
- preparação e disponibilização da informação solicitada pelos auditores;
- participação em reuniões de esclarecimento e elaboração de respostas às questões colocadas pelos auditores;
- elaboração de respostas aos relatórios e cartas da comissão;
- acompanhamento de recomendações e erros financeiros detetados pelos auditores.

3.2.3 Na área das Estatísticas

No âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais é divulgada, quer interna quer externamente, informação estatística, em cumprimento de normativos legais nacionais e comunitários, protocolos com entidades, e ainda com o objetivo de disponibilizar informação a entidades internas e externas com finalidade meramente informativa ou de monitorização das Medidas Agro e Silvo Ambientais.

Esta informação estatística engloba essencialmente dados referentes a pagamentos das Medidas Agro e Silvo Ambientais, e dados referentes às candidaturas, com diversos níveis de agregação e respeitantes a diversos períodos de tempo.

Periodicamente é divulgada a seguinte informação para as Medidas Agro e Silvo Ambientais:

- estatísticas previstas no Protocolo de Articulação Funcional com a Autoridade de Gestão do PRODER;
- quadro de previsões de pagamentos mensais a disponibilizar mensalmente ao Departamento Financeiro;
- quadro de previsões de pagamentos trimestrais, conforme previsto no Anexo X do Regulamento (CE) n.º 883/2006 da Comissão de 21 de junho;
- estatísticas previstas no Regulamento (CE) n.º 1975/2006 da Comissão de 7 de dezembro, referentes às penalizações e sanções aplicadas na sequência dos controlos administrativos e de campo;
- mapa referente ao Regulamento (CE) n.º 884/2009 da Comissão de 23 de setembro, referente às informações contabilísticas no âmbito do apuramento de contas do FEADER;
- indicadores para acompanhamento e avaliação dos Programas de Desenvolvimento Rural;
- indicadores para monitorização do Programa Nacional para as Alterações Climáticas, com informação referente às áreas de sementeira direta e com pastagens biodiversas;
- quadro de acompanhamento da execução do PRODER, solicitado pelo MAMAOT;
- pontos de situação dos pagamentos das ajudas desagregados por campanha e ano civil.

- Funções desempenhadas

A divulgação de informação estatística no âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais engloba, essencialmente, as seguintes tarefas:

- participação em reuniões para esclarecimento de questões relativamente à informação a disponibilizar. Neste âmbito, e no que se refere às estatísticas previstas no Regulamento (CE) n.º 1975/2006 da Comissão de 7 de dezembro, a autora participou nas Reuniões de Peritos do Desenvolvimento Rural na Comissão Europeia;
- definição de pré-requisitos para extração da informação pretendida;
- extração de informação estatística das bases de dados do IFAP, I.P. ou solicitação da mesma ao Gabinete de Planeamento Estratégico do IFAP, I.P.;
- validação da informação extraída.

4. Desenvolvimento de competências adquiridas e evolução da experiência profissional

A Licenciatura da autora, em Engenharia Agronómica, no Instituto Superior de Agronomia, nomeadamente a especialização em Economia Agrária e Sociologia Rural, foi fundamental para o desempenho das funções referenciadas neste relatório.

Em particular, as capacidades técnicas adquiridas ao longo da licenciatura foram imprescindíveis para o desempenho profissional, fomentando aptidões técnicas muito relevantes na área de intervenção da autora.

Posteriormente, a experiência profissional da autora permitiu a aquisição de conhecimentos técnicos essenciais ao adequado desempenho das funções desempenhadas.

A aquisição destes conhecimentos permitiu também um desenvolvimento da análise crítica de diversas matérias.

Foram igualmente relevantes capacidades desenvolvidas como o espírito de iniciativa, a capacidade de resolução de situações e a capacidade de trabalhar em equipa e com prazos definidos.

Enquanto colaboradora da UADR no IFAP, I.P. a autora desenvolveu um conhecimento bastante aprofundado das ajudas do Desenvolvimento Rural da PAC, em particular das Medidas Agro e Silvo Ambientais.

Dado que as Medidas Agro e Silvo Ambientais englobam diversas ajudas distintas, que abrangem a totalidade do território português, a autora teve contato com as diversas realidades da agricultura portuguesa. Este conhecimento foi reforçado ainda pelo contato direto com os agricultores e respetivas candidaturas.

A existência de inúmeras ajudas, com características específicas, implicou uma análise e gestão diferenciada, nomeadamente desde a análise da legislação e conceção de validações informáticas até ao apuramento e pagamento da ajuda.

O acompanhamento destas ajudas nos três quadros comunitários permitiu uma análise das mesmas numa perspetiva evolutiva, bem como uma constatação dos atributos mais e menos favoráveis quer do ponto de vista do organismo pagador, quer do ponto de vista dos beneficiários.

A participação em diversas auditorias proporcionou um conhecimento, ao nível da abordagem destas medidas na perspectiva dos auditores, nomeadamente e com especial atenção para a importância do uso eficiente dos fundos comunitários e do cumprimento dos normativos legais nacionais e comunitários.

A elaboração e análise de estatísticas reforçou um conhecimento global da realidade da agricultura portuguesa, a sua evolução ao longo dos diversos quadros comunitários, e as especificidades ao longo do tempo das Medidas Agro e Silvo Ambientais.

Foram desenvolvidas competências importantes ao nível da conceção de previsões de pagamento, que em inúmeras situações tinham de ser efetuadas num universo temporal com um prazo bastante alargado e com recurso a pouca informação, para as quais era imprescindível um conhecimento aprofundado das Medidas Agro e Silvo Ambientais.

A experiência profissional adquirida implicou também a aquisição de competências ao nível da análise de normativos legais nacionais e comunitários.

Foram igualmente desenvolvidas competências informáticas relevantes, nomeadamente, e com especial destaque, para a análise e tratamento de bases de dados.

O facto de colaborar num instituto de dimensão considerável e com ligações a diversos organismos quer do MAMAOT quer privados, fomentou a capacidade de trabalho em equipas com competências distintas.

Assim, e para além das competências técnicas adquiridas, foram igualmente relevantes outras, entre as quais se pode destacar genericamente, a capacidade de planeamento e organização, de acordo com os recursos disponíveis, e com as prioridades e prazos definidos e reavaliados face a alterações imprevistas.

Dada a necessidade de definir prioridades de forma a cumprir os objetivos estipulados e gerir adequadamente o tempo de trabalho afeto a cada tarefa foram desenvolvidas também competências relevantes ao nível da orientação para resultados.

Por último, foram desenvolvidas competências ao nível da capacidade de trabalhar em equipa, da orientação para o serviço público e do espírito de iniciativa e autonomia.

5. Descrição crítica da evolução da experiência profissional

Nos pontos seguintes será efetuada uma análise designada por SWOT que permite colocar em evidência as forças (**Strengths**), fraquezas (**Weaknesses**), oportunidades (**Opportunities**) e ameaças (**Threats**), permitindo assim a análise crítica da evolução da experiência profissional.

5.1 Pontos Fortes e Oportunidades

A formação académica e profissional da autora foi fundamental para o seu percurso profissional, estando as funções desempenhadas pela autora diretamente relacionadas com o seu percurso académico, o que correspondeu a uma oportunidade no que se refere à evolução da experiência profissional.

A autora teve a possibilidade de aprofundar e desenvolver em particular competências no âmbito da economia agrária e políticas agrícolas, com as quais tomou inicialmente conhecimento durante a licenciatura, o que se traduziu também numa oportunidade da evolução da experiência profissional da autora.

Embora restrita essencialmente às Medidas de Desenvolvimento Rural, nomeadamente às Medidas Agro e Silvo Ambientais, a diversidade de tarefas realizadas pela autora potenciou e constituiu também uma importante oportunidade de evolução e desenvolvimento profissional, tendo desenvolvido competências distintas relevantes.

Por colaborar num instituto com ligações a diversas entidades, tornou-se também uma oportunidade na evolução da experiência profissional, uma vez que permitiu à autora o desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipas com competências distintas e sob diferentes perspetivas.

Tendo acompanhado as Medidas Agro e Silvo Ambientais durante um período de tempo alargado, desenvolveu um conhecimento muito aprofundado e específico destas ajudas, permitindo um conhecimento numa perspetiva de evolução e possibilitando a identificação das designadas oportunidades e ameaças, sendo mais um contributo que potenciou a experiência profissional adquirida e constituindo um ponto forte a nível profissional.

Para além da evolução das competências técnicas específicas desenvolvidas, foram também relevantes o desenvolvimento de competências gerais a nível informático, em

particular no tratamento de dados estatísticos, de competências na área das auditorias e jurídicas que também contribuíram para a evolução da experiência profissional da autora, sendo por isso mais um ponto forte a assinalar.

5.2. Pontos Fracos e Ameaças

Ao nível da experiência profissional podem apontar-se igualmente algumas condicionantes da evolução da experiência profissional, que podem ser considerados nesta análise crítica por pontos fracos ou ameaças.

Pode ser apontado como um ponto fraco a autora ter desempenhado funções centradas essencialmente numa área muito específica, não abrangendo outras áreas no âmbito da Engenharia Agronómica para além das Ajudas Comunitárias.

Acrescenta-se também como ponto fraco a falta de disponibilidade para exercer tarefas consideradas menos prioritárias mas, ainda assim, com alguma importância no bom desempenho profissional.

Constituíram ameaças na evolução da experiência profissional a autora estar integrada num instituto de uma dimensão relevante, com algumas limitações a nível de comunicação e organização interna, o que condicionou nalgumas situações o desempenho profissional e consequentemente a evolução da experiência profissional.

Também as questões burocráticas que envolvem muitos dos procedimentos inerentes à atribuição de Ajudas Comunitárias podem ser apontadas como uma ameaça que potencialmente prejudicou a evolução da experiência profissional da autora.

Conclui-se que o percurso académico e profissional da autora tem tido uma evolução relevante com o desenvolvimento significativo de competências fundamentais no desempenho de funções na área da Engenharia Agronómica, especialidade de Economia Agrária e Sociologia Rural.

6. Evolução das Medidas Agro e Silvo Ambientais em Portugal continental

A PAC entra em vigor em 1962, e, no contexto da escassez de alimentos provocada pela II Guerra Mundial, tem como principal objetivo aumentar a produtividade da agricultura, garantir a segurança a nível do abastecimento de bens alimentares na Europa, e regular os preços de mercado dos produtos agrícolas, de forma a torná-los mais acessíveis aos consumidores, mantendo os rendimentos dos agricultores.

A atribuição de ajudas à produção, em função das quantidades produzidas, e os elevados preços garantidos dos produtos agrícolas, acaba por conduzir a uma situação de produção de excedentes, havendo então necessidade de equilibrar os mercados. Surge também a necessidade de controlar as despesas orçamentais da PAC, que eram consideravelmente elevadas, com efeito, na década de 70 estes atingiam 70% do orçamento da União Europeia (UE).

Os desequilíbrios no mercado (produção de excedentes agrícolas e preços demasiado elevados), orçamentais (elevada despesa da UE com a PAC), ambientais (degradação dos solos, recursos hídricos, biodiversidade e paisagens rurais devido à excessiva intensificação da agricultura, subjacente ao modelo produtivista da PAC), e também as críticas e pressões da opinião pública (sobretudo, do Norte da UE, sobre os vários tipos de externalidades negativas daquele modelo) e, por último, a pressão internacional (acordo GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* que esteve na base da criação da Organização Internacional do Comércio - OIC e posteriormente Organização Mundial do Comércio - OMC), conduzem à primeira reforma da PAC em 1992.

Com esta reforma de 1992, designada reforma de *MacSharry*, a PAC adota uma nova estratégia baseada na redução dos preços de garantia, e compensação do impacto desta descida nos rendimentos dos produtores através de ajudas diretas, concedidas por hectare e por cabeça normal, condicionadas, exceto para os pequenos agricultores, por uma área de pousio obrigatório de 15% e limites de encabeçamento máximo. Estas ajudas para controlo da oferta, estão incluídas na designada “caixa azul”.

Com esta reforma pretende-se equilibrar a oferta e a procura, diminuir os custos financeiros da PAC, aumentar a competitividade da agricultura, diversificar a produção e promover a extensificação agrícola.

Neste contexto, para completar as medidas da “caixa azul” e reforçar as medidas sociais e ambientais, surgem as Medidas de Acompanhamento da PAC, da “caixa verde”, que englobam as Medidas Agro-Ambientais, a Reforma Antecipada para agricultores com mais de 55 anos e a Florestação de Terras Agrícolas.

As Medidas Agro-Ambientais são instituídas pelo Regulamento (CE) n.º 2078/1992 e cofinanciadas pelo FEOGA Garantia. A partir daquela data, a aplicação das mesmas passa a ser obrigatória para os Estados-Membros, embora a adesão dos agricultores seja facultativa.

A execução das referidas medidas é da responsabilidade dos Estados-Membros, a fim de poderem contemplar as especificidades nacionais, e passam a constar dos respetivos Programas de Desenvolvimento Rural. Em Portugal, desde 1994, são aplicadas uma grande variedade de Medidas Agro-Ambientais, de acordo com as prioridades nacionais.

Pretende-se com as Medidas Agro-Ambientais combater os efeitos negativos decorrentes da agricultura intensiva, praticada nos países da Europa do Norte, nomeadamente os efeitos poluentes resultantes da prática da atividade agrícola, reduzindo a aplicação de adubos e/ou fitofármacos, incentivar práticas agrícolas extensivas, utilizar práticas de produção compatíveis com as exigências da proteção do ambiente e dos recursos naturais, da preservação do espaço natural e da paisagem, fomentar o aumento da agricultura biológica, criar animais de raças locais ameaçadas de extinção e manter as terras agrícolas ou florestais abandonadas.

Embora em Portugal a agricultura seja menos intensiva, comparativamente às realidades agrícolas do Norte e Centro da UE, verifica-se em certas zonas o efeito negativo de práticas agrícolas intensivas, que conduzem nomeadamente à poluição dos solos e das águas. Concretamente, e a título ilustrativo, zonas de concentração de certas atividades agrícolas animais como a pecuária intensiva, sobretudo a orientada para a produção de leite de bovino, a suinicultura e produção de aves, e ainda certas atividades agrícolas vegetais como a produção de milho e a olivicultura. Esta realidade contrasta com a de outras zonas, cujos territórios vêm sendo objeto de um processo de progressivo êxodo agrícola e rural, com consequências ambientais também negativas refletidas na erosão do solo e degradação das paisagens agrícolas e rurais.

Com o alargamento da UE aos países de leste, a maior liberalização do comércio, a crescente competitividade dos bens agrícolas dos países terceiros, a preparação para

moeda única, as preocupações ambientais integradas no Tratado de Amsterdão, as preocupações dos consumidores a nível da segurança, qualidade alimentar, e bem-estar dos animais, e ainda a necessidade da PAC funcionar de forma mais transparente e com regras mais simples, impõe-se a necessidade de uma nova reforma.

É neste contexto que a Comissão apresenta um documento sobre o futuro da política da UE, designado por Agenda 2000. Com base neste documento são definidos os conteúdos de reestruturação da PAC que veio a ser designada por Reforma da PAC de 1999.

Com a referida Reforma de 1999, para além de ser reforçada a componente/orientação de mercado do modelo agrícola (vertente setorial/1º pilar), a política de desenvolvimento rural (vertente territorial) autonomiza-se enquanto 2º pilar da PAC.

São identificadas três grandes funções para a agricultura, função económica (produção de bens alimentares), contribuindo para o crescimento económico, criação de emprego e equilíbrio da balança comercial, função de ordenamento territorial, diversificando a atividade agrícola com as atividades industriais, comerciais e turísticas, e, por fim, função ambiental adotando práticas agrícolas que contribuam para a conservação da paisagem e proteção da biodiversidade.

Pretende-se com a Reforma de 1999 assegurar a competitividade da agricultura europeia, promover uma agricultura que contribua para a manutenção e preservação do meio rural e da paisagem natural e manutenção do nível de vida dos agricultores promovendo simultaneamente o desenvolvimento rural.

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1257/1999 os agricultores assumem um papel essencial como prestadores remunerados de serviços ambientais, que vão para além das boas práticas agrícolas e o cumprimento da legislação ambiental.

Porém, em 2002, a crise alimentar, a expansão da UE para Leste, as objeções da OMC à PAC, sobretudo pela atribuição de ajudas ligadas à produção, e a estratégia de desenvolvimento sustentado defendida na Cimeira de Gotemburgo, conduzem à Reforma de 2003. Nesta reforma da PAC as exigências ambientais e com a segurança alimentar são reforçadas. É ainda promovido um maior desligamento das ajudas

diretas do 1º pilar da PAC e reforçadas as medidas do 2º pilar da PAC, do desenvolvimento rural.

Com o Regulamento (CE) n.º 1698/2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER, as Medidas Agro-Ambientais continuam a ser obrigatórias para os Estados-Membros, o que realça a sua importância crescente.

De acordo com este regulamento, no período 2007-2013, os pagamentos agro-ambientais devem continuar a desempenhar um papel proeminente no apoio ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais, e na resposta à procura crescente de serviços ambientais por parte da sociedade. Estes pagamentos devem continuar a incentivar técnicas de produção agrícola compatíveis com a proteção e melhoria do ambiente, da paisagem, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.

Em 2007 a UE passa de 15 para 27 países-membros. Com esta nova realidade a Europa Comunitária vê o número dos seus agricultores aumentar 70% e impõe-se a necessidade da PAC ser, uma vez mais, reanalisada. É neste quadro que em 2008 são analisados pelo Conselho vários aspetos da PAC, com o objetivo de orientar a evolução desta segundo princípios de equilíbrio e respeito do ambiente, o designado *“Health-Check”*.

Após 2014, surge a necessidade da PAC se modernizar, simplificar, reduzir e rever orçamentos, retirar restrições aos agricultores desligando totalmente as ajudas, rever instrumentos de regulação dos mercados e flexibilizar as regras de intervenção, de forma a facilitar a adaptação do setor agrícola aos mercados.

No período pós 2014 torna-se bem visível a relevância de dois aspetos. Por um lado, a reorientação dos fundos de forma a continuar a reforçar as ajudas do desenvolvimento rural. Deste modo assume-se que o setor agrícola poderá responder, de forma mais efetiva, aos novos desafios relacionados com as alterações climáticas, a gestão de recursos hídricos e a bioenergia. Reforça-se, assim, a competitividade económica e ecológica do setor agrícola ao mesmo tempo que se promove a inovação, combate as alterações climáticas e se apoia o desenvolvimento económico das zonas rurais. Este último é o segundo aspeto a sublinhar na atual orientação da PAC.

Em suma, no âmbito dos vários processos de reformulação da PAC, destaca-se um significativo reforço das ajudas do desenvolvimento rural e das Medidas Agro e Silvo Ambientais.

Neste processo os objetivos e contornos das Medidas Agro-Ambientais foram-se alterando de forma progressiva e significativa. A fim de analisar estas alterações, identificaram-se nove vertentes ou dimensões daquelas medidas (ver Quadro 1) e que, de seguida, passamos a analisar e comentar, tendo em conta cada um dos três Quadros Comunitários de Apoio onde as mesmas se inseriram. Esta análise recorrerá ao conteúdo do Quadro 2 sempre que se afigurar relevante.

Quadro 1 – Comparação das Medidas Agro e Silvo Ambientais aplicadas em Portugal continental durante os diversos Quadros Comunitários de Apoio

Programa	Regulamento (CE) n.º 2078/1992	RURIS	PRODER
Período de aplicação	1994 – 1999	2000 – 2006	2007 – 2013
Diversidade de Medidas	++	+++	+
Grau de exigência de Condições de elegibilidade e Compromissos	+	++	+++
Grau de outras exigências ambientais (Boas Práticas Agrícolas, Condicionalidade)	+	++	+++
Penalizações aplicadas em caso de incumprimento	+	++	+++
Verificações por parte do organismo pagador	+	++	+++
Incumprimentos detetados pelo organismo pagador	+	++	+++
Valores unitários das ajudas	++	++	++
Adesão por parte dos agricultores	++	+++	++
Pagamentos efetuados pelo organismo pagador	++	+++	++

Legenda:
+ reduzido ++ médio +++ elevado

Quadro 2 – Medidas Agro e Silvo Ambientais nos diversos Quadros Comunitários de Apoio

Regulamento (CE) n.º 2078/1992	RURIS	PRODER
<p>Grupo I – Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura</p> <p>Luta química aconselhada</p> <p>Proteção integrada</p> <p>Produção integrada</p> <p>Agricultura biológica</p>	<p>Grupo I – Proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água</p> <p>Redução da lixiviação de agroquímicos para os aquíferos;</p> <p>Sistemas arvenses de sequeiro</p> <p>Luta química aconselhada</p> <p>Proteção integrada</p> <p>Produção integrada</p> <p>Agricultura biológica</p> <p>Sementeira direta</p> <p>Técnicas de mobilização mínima</p> <p>Enrelvamento na entrelinha de culturas permanentes</p> <p>Sistemas forrageiros extensivos</p> <p>Cultura complementar forrageira de outono-inverno</p>	<p>Valorização dos modos de produção agrícola</p> <p>Alteração dos modos de produção:</p> <p>Modo de produção integrado</p> <p>Modo de produção biológico</p> <p>Conservação do solo</p> <p>Proteção da biodiversidade doméstica</p>
<p>Grupo II – Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais</p> <p>Sistemas policulturais tradicionais</p> <p>Sistemas cerealíferos de sequeiro</p> <p>Lameiros</p> <p>Sistemas forrageiros extensivos</p> <p>Olival tradicional</p> <p>Figueiral de Torres Novas</p> <p>Vinhas em socalcos da Região Demarcada do Douro</p> <p>Fruteiras de variedades regionais</p> <p>Pomares tradicionais de sequeiro</p> <p>Amendoal tradicional de sequeiro</p> <p>Montado de azinho</p> <p>Manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção</p>	<p>Grupo II – Preservação da paisagem e das características tradicionais nas terras agrícolas</p> <p>Vinhas em socalcos do Douro</p> <p>Hortas do Sul</p> <p>Sistema vitícola de Colares</p> <p>Preservação de pastagens de montanha integradas em baldios</p> <p>Apoio à apicultura</p>	<p>Intervenções Territoriais Integradas</p> <p>Douro Vinhateiro</p> <p>Peneda-Gerês</p> <p>Montesinho-Nogueira</p> <p>Douro Internacional</p> <p>Serra da Estrela</p> <p>Tejo Internacional</p> <p>Serras de Aire e Candeeiros</p> <p>Castro Verde</p> <p>Costa Sudoeste</p> <p>Monchique e Caldeirão</p> <p>Zonas de Rede Natura do Alentejo</p>

<p>Grupo III – Conservação dos recursos e da paisagem rural</p> <p>Manutenção de superfícies florestais abandonadas</p> <p>Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas</p> <p>Preservação de maciços de espécies arbóreas</p> <p>Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais</p> <p>Plano zonal de Castro Verde</p>	<p>Grupo III – Conservação e melhoramento de espaços cultivados de grande valor natural</p> <p>Sistemas policulturais tradicionais</p> <p>Montados de azinho e carvalho negral</p> <p>Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico</p> <p>Olival tradicional</p> <p>Pomares tradicionais</p> <p>Grupo IV – Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas</p> <p>Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico</p> <p>Arrozal</p> <p>Grupo V – Proteção da diversidade genética</p> <p>Manutenção de raças autóctones</p> <p>Grupo VI – Planos Zonais</p> <p>Castro Verde</p> <p>Peneda-Gerês</p> <p>Montesinho-Nogueira</p> <p>Douro Internacional</p> <p>Serra da Estrela</p> <p>Tejo Internacional</p> <p>Serras de Aire e Candeeiros</p> <p>Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina</p> <p>Douro Vinhateiro</p>	
--	---	--

(i) No que se refere à diversidade das Medidas Agro-Ambientais, constata-se num primeiro momento, um aumento para, no momento seguinte, se voltar a reduzir. Estas alterações manifestam-se não só em termos do número das Medidas definidas mas também na reestruturação dos objetivos a alcançar com a aplicação das mesmas. O conteúdo do Quadro 2 ilustra e confirma o referido.

Com efeito, para além da reorganização dos diversos grupos de medidas, verifica-se um reforço, no RURIS, das medidas do grupo I, orientadas para proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água. Há também a introdução de novas medidas para a proteção e melhoria da água, como a redução de lixiviação de agroquímicos para aquíferos e medidas para promoção da proteção e melhoria do solo como a sementeira direta, as técnicas de mobilização mínima, o enrelvamento da entrelinha, e ainda, a cultura complementar forrageira de outono-inverno.

No RURIS surgem igualmente novas medidas no grupo II – preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas. Verifica-se que todas as medidas deste grupo, com exceção da medida vinhas em socalcos do Douro, não existiam no Regulamento (CE) n.º 2078/1992.

Verifica-se uma reorganização das medidas do grupo III – Conservação e melhoramento de espaços cultivados de grande valor natural. Neste grupo as medidas figueiral de Torres Novas, fruteiras de variedades regionais, pomares tradicionais de sequeiro e amendoal tradicional de sequeiro do Regulamento (CE) n.º 2078/1992, passam a estar agrupadas numa única medida do RURIS mais genérica, a medida pomares tradicionais.

No RURIS há ainda a inclusão de duas novas medidas, a medida preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico e a medida arrozal. Estas medidas englobam o grupo IV - conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas, um grupo anteriormente inexistente.

De igual forma, surge também o grupo V – proteção da diversidade genética. Este grupo engloba exclusivamente a medida manutenção de raças autóctones. Embora se trate de um novo grupo, esta medida já existia no quadro anterior, no entanto agregada ao grupo II – extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais.

As medidas do grupo III – conservação dos recursos e da paisagem rural, do Regulamento (CE) n.º 2078/1992, que abrangiam áreas florestais deixam de estar integradas nas Medidas Agro-Ambientais do RURIS passando, de forma mais coerente, a estar englobadas na intervenção Florestação de Terras Agrícolas.

A medida plano zonal de Castro Verde passa a integrar, no RURIS, em conjunto com outros oito novos planos zonais, o grupo VI - planos zonais, passando desta forma os planos zonais a ter uma expressão territorial mais significativa.

O elevado número de medidas dos dois programas acima enumerados, sobretudo, as que constavam no RURIS, acarretava uma gestão demasiado complexa e uma análise muito específica. Para além destes dois aspetos, há ainda a sublinhar o fato de algumas das medidas terem um número de agricultores e área afeta muito reduzido.

A confirmar o referido está o fato de, nas campanhas entre 2003 e 2007, as medidas sistemas policulturais tradicionais, proteção integrada, olival tradicional e raças autóctones concentrarem 85% do número total de agricultores candidatos às Medidas Agro-Ambientais, e mais de 75% do total dos montantes financeiros pagos, durante o mesmo período, concentraram-se nas medidas proteção integrada, produção integrada, sistemas policulturais tradicionais, sistemas forrageiros extensivos, manutenção de raças autóctones e agricultura biológica.

Mais recentemente, no PRODER verifica-se uma redução significativa da diversidade de medidas, passando a existir apenas dois conjuntos de medidas. As medidas que integram a valorização dos modos de produção agrícola, constituídas pela ação alteração dos modos de produção, que passa a incluir apenas os modos de produção integrado e biológico, a ação conservação do solo e a ação proteção da biodiversidade doméstica referente às raças autóctones. No que se refere ao outro conjunto de medidas, as designadas ITIs, incluem as anteriores medidas do grupo dos planos zonais, deixando no entanto de existir o plano zonal do sudoeste alentejano e costa vicentina e passando a existir a ITI da costa sudoeste, ITI de Monchique e Caldeirão e ITI das zonas da Rede Natura do Alentejo. Algumas destas ITIs passam a incluir, para além da componente agro-ambiental, uma componente silvo-ambiental, inexistente quer no RURIS quer no Regulamento (CE) n.º 2078/1992, passando a designar-se Medidas Agro e Silvo Ambientais às anteriores Medidas Agro-Ambientais.

Verifica-se assim que as Medidas Agro e Silvo Ambientais passam a ter menor diversidade, passando a estar restritas às regiões geográficas definidas para cada ITI,

e aos modos de produção agrícolas referidos, deixando de haver, no âmbito das Medidas Agro e Silvo Ambientais, apoios e forma direta para sistemas agrícolas que promovam a extensificação, a manutenção de sistemas tradicionais e preservação da paisagem e características tradicionais.

(ii) O grau de exigência das condições de elegibilidade e compromissos das medidas é significativo nos três quadros, verificando-se um progressivo aumento, mais acentuado do RURIS para o PRODER, no qual o grau de exigência atingido é consideravelmente elevado.

Por exemplo, analisando o caso da medida produção integrada, uma das que se manteve nos três quadros de apoio, constata-se que no Regulamento (CE) n.º 2078/1992, as então designadas por “condições de acesso” restringiam-se apenas a condicionantes nas densidades mínimas, áreas mínimas, obrigatoriedade de ser membro e celebrar um contrato com uma associação de agricultores reconhecida e frequentar uma ação de formação na área da produção integrada. No RURIS, para além das condições referidas, foi acrescentada a obrigatoriedade de apresentar um plano de exploração para a área candidata validado pela organização de agricultores. Já no PRODER foi acrescentado às condições anteriores a obrigatoriedade de submeter toda a superfície agrícola ou agro-florestal da unidade de produção e os respetivos animais ao modo de produção integrado.

No PRODER, a legislação aplicável, para além de estipular os critérios de elegibilidade a cumprir nas áreas candidatas, acrescenta critérios de elegibilidade a cumprir em toda a exploração, o que não acontecia nos dois quadros anteriores.

Quanto aos compromissos, para a medida referida, o Regulamento (CE) n.º 2078/1992 incluía o cumprimento das normas de produção integrada, das normas do contrato, restrições ao uso de produtos fitofarmacêuticos, obrigatoriedade de conservar os comprovativos de aquisição dos produtos fitofarmacêuticos e registo em caderno de campo da informação referente as práticas agrícolas adotadas.

No RURIS foi acrescentada a obrigatoriedade de cumprimento do plano de exploração e de anexar ao caderno de campo análises de terra, água e material vegetal. Quanto ao PRODER passou a estar incluído nos compromissos, a respeitar pelos beneficiários dos financiamentos associados à adesão à referida medida, o cumprimento dos critérios de elegibilidade quer nas áreas candidatas quer na unidade de produção, a obrigatoriedade de cumprimento de práticas culturais e de gestão

relacionadas com a preservação dos recursos naturais, água, biodiversidade e solo, por exemplo quanto à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, cumprimento de recomendações na sequência das análises de terra, solo e material vegetal, nomeadamente a nível das fertilizações, manutenção da vegetação natural nas margens dos cursos de água, proibição de aplicação de herbicidas no caso de culturas regadas, entre outras.

Verifica-se assim que no PRODER o grau de exigência é significativamente elevado, tendo ocorrido, por exemplo na medida modos de produção integrado e biológico, após concordância por parte da Comissão Europeia, a eliminação de um dos compromissos introduzidos neste quadro, referente à obrigatoriedade de comercializar quantidades mínimas de produção nos modos respetivos. De notar que inicialmente este compromisso foi aplicado, contudo, numa análise destas medidas, concluiu-se pela falta de condições para cumprimento deste compromisso, nomeadamente estruturais e económicas, tendo sido posteriormente eliminado com a publicação da Portaria n.º 47/2013.

(iii) Quanto a outras exigências ambientais verifica-se um aumento progressivo das condicionantes aplicáveis ao longo dos três quadros. No RURIS ocorre a introdução da obrigação do cumprimento das Boas Práticas Agrícolas (BPAs), inexistente no Regulamento (CE) n.º 2078/1992. No PRODER em substituição às BPAs é introduzida a obrigatoriedade de cumprimento dos requisitos legais de gestão e boas condições agrícolas e ambientais, designadas por condicionalidade, com ainda maiores exigências ambientais.

(iv) Nos três quadros, as penalizações aplicadas, em caso de incumprimento das condições de elegibilidade e compromissos, conduzem ao não pagamento das parcelas candidatas, ou ao não pagamento da totalidade da medida, ou a uma penalização percentual no total a pagar da medida em causa que pode chegar aos 100%. No limite algumas situações de incumprimento conduzem ao não pagamento da ajuda do ano e à devolução de todos os pagamentos da medida em causa desde o início do compromisso, uma vez que se tratam de compromissos plurianuais.

Adicionalmente, no caso de incumprimentos no que se refere à sobredeclaração de áreas ou animais, são introduzidas, desde a campanha 2003, no RURIS, as penalizações previstas no sistema integrado de gestão e controlo, que penalizam adicionalmente nas quantidades a pagar, sendo que não há lugar a pagamento da ajuda no ano sempre que é excedido os 20% de sobredeclaração. No caso do

PRODER, para além das sanções anteriores, é acrescentada, sempre que a sobredeclaração exceder os 50%, uma penalização adicional, no valor equivalente ao montante sobredeclarado, a qual é deduzida de qualquer outra ajuda integrante do sistema integrado de controlo e gestão. Deste modo verifica-se um regime sancionatório que, progressivamente, se tem vindo a tornar cada vez mais penalizante, desde que as Medidas Agro-Ambientais começaram a ser aplicadas.

(v) O modelo associado à gestão das Medidas Agro e Silvo Ambientais tem sofrido alterações significativas.

Até 2002 as Medidas Agro-Ambientais eram geridas pelo IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas) e as Direções Regionais de Agricultura (DRAs) interviam nomeadamente a nível da recolha de candidaturas.

Em 2003, no decorrer do RURIS, foram integradas no IFADAP-INGA (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola). Neste novo modelo, verifica-se a centralização da gestão numa única entidade, a inclusão no sistema integrado de gestão e controlo, integração destas ajudas num formulário com as restantes ajudas (quer para a candidatura inicial, quer para as confirmações dos anos subsequentes) à semelhança do atual PU e a receção informatizada das candidaturas, simplificando e tornando mais célere todo o processo de candidatura e gestão. Deste modo, também se facilita o controlo cruzado das ajudas e melhora o grau de execução das mesmas. Ainda assim, é de referir que foi perdido o importante papel das DRAs como intervenientes mais próximos dos beneficiários e com conhecimento aprofundado das especificidades territoriais, que caracterizou o período do Regulamento (CE) n.º 2078/1992 e o início do RURIS.

Estas alterações proporcionaram um aumento do número de validações efetuadas, nomeadamente a nível de controlo administrativo e cruzamento de dados, assistindo-se desde 2003 ao aumento de informação que é verificada e a um maior recurso a bases de dados para essa verificação, quer do IFAP quer externas.

(vi) Com o crescente número de validações assiste-se, de igual forma, a uma maior deteção de incumprimentos por parte do organismo pagador, ao longo dos três quadros de apoio.

(vii) Os valores unitários das ajudas não têm sofrido alterações significativas. Esta situação decorre de, em todos os quadros, estarem definidos valores máximos de ajudas por hectare que se têm mantido sem alterações expressivas. Por outro lado, uma vez que estas ajudas são calculadas de forma a compensar em média a perda de rendimento dadas as alterações nas práticas culturais, verificam-se apenas alguns ajustes nos escalões degressivos estipulados para as ajudas, mas sem nenhuma tendência evolutiva.

(viii) A adesão dos agricultores às Medidas Agro e Silvo Ambientais aumentou gradualmente até ao RURIS tendo depois diminuído no PRODER. Esta evolução é coerente com a evolução verificada no grau de exigência das medidas, nas penalizações aplicadas e nos montantes das ajudas.

(ix) De igual forma, e também em coerência com o referido, os pagamentos efetuados tiveram evolução semelhante.

Conclui-se que a evolução das Medidas Agro e Silvo Ambientais tem sido dominada pelas sucessivas reformas da PAC, em consonância com os desafios colocados ao setor agrícola e os contextos socioeconómicos que têm vindo a alterar-se.

Embora se assista ao reforço das medidas de desenvolvimento rural, e mais concretamente das Medidas Agro e Silvo Ambientais, mantem-se de extrema relevância a necessidade de continuar a simplificar, flexibilizar, desburocratizar, clarificar normativos, adequar os compromissos e aligeirar o quadro sancionatório, de forma a tornar estas medidas mais atrativas, atingir a plena implementação e melhorar a execução das Medidas Agro e Silvo Ambientais no nosso país, cumprindo assim, em maior escala, os objetivos que estiveram na sua génese.

Referências bibliográficas

Estudo de Avaliação Intercalar do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal continental – Relatório Final, dezembro de 2003 - Disponível em www.gpp.pt. Acedido em dezembro de 2013;

Declaração de Retificação n.º 50/2012 de 19 de setembro. Diário da República, 1.ª Série N.º 182. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em www.dre.pt;

Decreto-Lei n.º 195/2012 de 23 de agosto. Diário da República, 1.ª Série N.º 163. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Disponível em www.dre.pt;

“Exame de saúde” da PAC reformada – fevereiro de 2008. Disponível em www.europa.eu. Acedido em dezembro de 2013;

IFAP I. P., Missão, Atribuições e Organograma. Disponível em www.ifap.min-agricultura.pt/portal/ifap_publico. Acedido em maio de 2013;

Instrumentos da PAC e respetivas reformas – Fichas técnicas sobre a União Europeia. Disponível em www.europarl.europa.eu. Acedido em dezembro de 2013;

Indicadores Agro-Ambientais 1989-2007, Edição de 2009 – Instituto Nacional de Estatística. Disponível em www.ine.pt. Acedido em dezembro de 2013;

Indicadores de monitorização – Execução financeira (programação, contratação, execução/pagamentos). Disponível em www.proder.pt. Acedido em dezembro de 2013;

Normas para Elaboração do Relatório Integrador da Atividade Profissional. Disponível em www.isa.utl.pt/alunos/vida-academica/dissertacao-e-relatorio. Acedido em maio de 2013;

Portaria n.º 1234/2010 de 10 de dezembro. Diário da República, 1.ª Série N.º 238. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em www.dre.pt;

Portaria n.º 229-B/2008 de 6 de março. Diário da República, 1.ª Série N.º 47. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em www.dre.pt;

Portaria n.º 232-A/2008 de 11 de março. Diário da República, 1.ª Série N.º 50. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em www.dre.pt;

Portaria n.º 393/2012 de 29 de novembro. Diário da República, 1.ª Série N.º 231. Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Disponível em www.dre.pt;

Portaria n.º 427-A/2009 de 23 de abril. Diário da República, 1.ª Série N.º 79. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em www.dre.pt;

Portaria n.º 47/2013 de 4 de fevereiro. Diário da República, 1.ª Série N.º 24. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Disponível em www.dre.pt;

Reforma da PAC – Uma política para o futuro. Disponível em www.ec.europa.eu. Acedido em dezembro de 2013;

Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho, de 17 de maio. Jornal Oficial da União Europeia L 160 de 26 de junho. Disponível em www.eur-lex.europa.eu;

Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de setembro. Jornal Oficial da União Europeia L 277 de 21 de outubro. Disponível em www.eur-lex.europa.eu;

Regulamento (CE) n.º 65/2011 da Comissão, de 27 de janeiro. Jornal Oficial da União Europeia L 25 de 28 de janeiro. Disponível em www.eur-lex.europa.eu;

Relatório de Execução 2007 - Programa de Desenvolvimento Rural. Disponível em www.proder.pt. Acedido em dezembro de 2013;

Relatório de Execução 2012 - Programa de Desenvolvimento Rural. Disponível em www.proder.pt. Acedido em dezembro de 2013.

ANEXO A – Certidão de Licenciatura

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Angelina Maria Abrantes Borges Pinto da Cruz, Técnica Superior de 1ª
do Instituto Superior de Agronomia

Em cumprimento do despacho exarado em requerimento que fica arquivado neste Instituto,
certifica que **Sandra Isabel Fernandes Nobrega Lopes**, portador(a) do BI nº **11008500** do
Arquivo de **Lisboa**. -----

Concluiu no dia, **14 de Fevereiro de 2002**, a **Licenciatura em Engenharia Agronómica**, com a
classificação final de **13 (Treze)** valores. -----

O(a) interessado(a) já requereu o respectivo diploma. -----

A presente vai firmada com o selo branco deste Instituto. -----

Repartição Académica do Instituto Superior de Agronomia, em 25 de Fevereiro de 2002. -----

A TÉCNICA SUPERIOR DE 1ª,

Angelina Maria A. Borges Pinto da Cruz

Em. de certidão: € 11.47

Conferido: *JMRE*

ANEXO B – Certificados de formação complementar

Certificado de frequência do Curso de Formação Profissional - Sensibilização Geral sobre Segurança do Sistema de Informação

vantagem+
Consultores de Formação • Empresas

Certificado
de Frequência de Formação Profissional
n.º 53002913/2012 Vantagem+ Consultores de Formação

Vantagem+, Consultores de Formação, Lda., NIPC 502 929 111,
entidade formadora acreditada pela DGERT nos termos da Portaria n.º 782/97 de 29 de Agosto,

Certifica que **SANDRA ISABEL FRANCO COELHO FERNANDES NOBREGA LOPES**, nascido/a em **22-05-1977**,
titular do Cartão de Cidadão n.º **11008500**, validade **10-01-2014**,
Frequentou de **13-11-2012** a **13-11-2012**, o Curso de Formação Profissional
SENSIBILIZAÇÃO GERAL SOBRE SEGURANÇA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

LISBOA, 13 de Novembro de 2012

O Responsável pelo Serviço de Formação

(Maria de Fátima Gândia)

Lisboa Porto Leiria Angola Moçambique Cabo Verde

DGERT

vantagem+
Consultores de Formação • Empresas

Certificado
de Frequência de Formação Profissional
n.º 53002913/2012 Vantagem+ Consultores de Formação

Área de Formação: 481
Modalidade de Formação: Presencial (Técnica/prática, em sala).

Plano Curricular:

Unidade Temática	Duração Total
1. INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
2. PRINCIPAIS OBJETIVOS DA SEGURANÇA ORGANIZACIONAL	
3. MECANISMOS DE PROTEÇÃO DE DADOS E MELHORES PRÁTICAS	
4. O TRIÂNGULO: PESSOAS, TECNOLOGIA, PROCESSOS	
5. CONFIDENCIALIDADE	
6. INTEGRIDADE	
7. DISPONIBILIDADE	
8. ÉTICA E PRIVACIDADE	7 horas

Lisboa Porto Leiria Angola Moçambique Cabo Verde

DGERT

Certificado de frequência no Curso Fundamentos da Agricultura Biológica

AGROINFORMÁTICA ■
SOFTIMBRA

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Certifica-se que **Sandra Nóbrega Lopes**, BI/CC nº 11008500 frequentou o **Curso de Fundamentos da Agricultura Biológica**, que decorreu em Lisboa, em 2 e 3 de Outubro de 2012, com a duração de 16 horas.

Lisboa, 3 de Outubro de 2012

A Formadora	O Coordenador
	
Paula Alexandra Faria Loureiro Simões (Mestre em Agricultura Biológica)	António José Antunes Pinto de Albuquerque (Eng.º Agrónomo)

Certificado do Curso Oracle BI Discoverer Plus: Analyze Relational and OLAP data

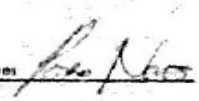
ORACLE
UNIVERSITY

CERTIFICADO

O Departamento de Educação da ORACLE certifica que Sandra Isabel Franco Coelho Nóbrega Lopes

frequentou com aproveitamento o curso OracleBI Discoverer Plus 10g: Analyze Relational and OLAP Data

com a duração de 12 Horas realizada em Lisboa, 03 a 04 de Maio de 2010

Orientado por Pedro Nunes 

Learn Oracle From Oracle.

Declaração de frequência na Ação de Formação sobre Supervisão e Acompanhamento de Funções Delegadas - Gestão por Processos



DAD

DECLARAÇÃO

Declara-se, para os devidos efeitos, que **Sandra Lopes** frequentou, no âmbito do projecto "Implementação do Sistema de Qualidade Total no IFAP", a acção de formação sobre **Supervisão e Acompanhamento das Funções Delegadas – Questões Gestão por Processos** com a duração de 7 horas, no dia 04/03 /2010.

Oeiras, 16 de Março de 2010

A Chefe da Equipa Multidisciplinar de
Formação de Quadros Superiores

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernanda', is written over a horizontal line.

Fernanda Andrade

Declaração de frequência na Ação de Formação sobre Supervisão e Acompanhamento de Funções Delegadas - Questões Comportamentais



DECLARAÇÃO

Declara-se, para os devidos efeitos, que **Sandra Lopes** frequentou, no âmbito do projecto "Implementação do Sistema de Qualidade Total no IFAP", a acção de formação sobre **Supervisão e Acompanhamento das Funções Delegadas - Questões Comportamentais** com a duração de 7 horas, no dia 25 /02 /2010

Oeiras, 16 de Março de 2010

A Chefe da Equipa Multidisciplinar de
Formação de Quadros Superiores

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernanda Andrade', is positioned below the title of the official.

Fernanda Andrade

Declaração de frequência no Curso de Economia do Ambiente



DECLARAÇÃO

Sandra Fernandes Nóbrega Lopes frequentou um curso de Economia do Ambiente, no ano lectivo de 2000/2001, perfazendo um tempo lectivo total de 50 horas.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2010



José Lima Santos
(Professor Associado)

Tel:

FAX: 351 21 3653472

E-MAIL: deasr@isa.utl.pt

ANEXO C – Declarações de entidades empregadoras



DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos declara-se que **Sandra Isabel Franco Coelho F. N. Lopes**, tem desempenhado funções ao serviço do IFAP desde o primeiro vínculo contratual estabelecido com o IFADAP, INGA ou IFADAP/INCA, que teve início a 16.06.2003.

Até à presente data prestou colaboração nos seguintes Departamentos (Direcções) e Unidades (Serviços): DAS/SAA, DAD/UADR.

A colaboração prestada situa-se nas áreas de gestão das Medidas Agro-ambientais e Silvo-ambientais, nomeadamente visando o desenvolvimento e manutenção das respectivas aplicações informáticas.

Em documento anexo, devidamente certificado, encontram descritas as funções actualmente desempenhadas.

IFAP, 29 de Setembro de 2009

CHEFE DE UNIDADE
(António B. Silva)

DIRECTOR
(José Esteves)

Departamento DAD - Departamento de Ajudas Directas
Serviço DAD - UAQR
nome Sandra Isabel Franco Coelho F. N. Lopes

Evolução Contratual em Regime CIT

Contrato		1.ª Renovação		2.ª Renovação	
Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim

Contrato em Regime de Avença

Início do Contrato 16-08-2003 **Data fim da actual renovação** 31/12/2008

Descrição da função

Co-responsável pela Gestão das medidas Agro-Ambientais, incluindo a gestão dos devedores, tanto dos quadros comunitários anteriores com no âmbito do PDR 2007-13, as quais abrangem cerca de 40000 beneficiários e 70 milhões de euros de pagamento, e cerca de 3000 processos de devedores por ano.
 Definição da metodologia de execução das Ajudas, nomeadamente ao nível dos programas informáticos de pagamento e recuperação de montantes indevidamente pagos.
 Testes dos programas informáticos de pagamento, recuperação e emissão de recibos.
 Análise individual das inscrições dos requerentes e suas associações, ao nível da audiência prévia e decisão final do CPA.
 Emissão de pareceres e respostas à DJ e aos tribunais e conciliação periódica de processos da LIDE.
 Elaboração, análise e divulgação de estatísticas solicitadas por entidades e organismos.
 Análise e elaboração de respostas e cartas de beneficiários e organismos oficiais.
 Acompanhamento das Missões de Auditoria da Comissão Europeia e no âmbito da Certificação de Contas de IGF.
 Implementação das recomendações da Certificação de Contas de IGF.
 Atendimento telefónico e presencial aos agricultores e suas organizações, e apoio ao "Call Center".

Imprescindibilidade da sua contratação

As medidas Agroambientais no âmbito do programa Rural sofreram em 2003 uma alteração profunda ao sistema de gestão em vigor assegurada ao nível das estruturas de IFADAP-DRH-UAQR, em parceria com os serviços regionais da MAFRDP, passaram a integrar o PAS e portanto geridas centralmente pela DAS/SAA no IFADAP-INGA.
 Verificou-se assim a necessidade de reforço técnico na estrutura central deste serviço tendo sido contratualizada em regime de avença a Eng.ª Sandra Lopes.
 A especificidade das suas funções, acima descritas e os conhecimentos adquiridos ao longo destes anos conjugada com as suas características comportamentais, tornam imprescindível a sua continuidade no serviço de gestão e apuramento das Medidas Agroambientais.
 Trata-se de uma medida com elevado grau de complexidade, e que obriga para além da actualização constante de conhecimentos, a proposta de novas práticas e métodos de trabalho, sugerindo soluções inovadoras, a sistematização, organização e planeamento das tarefas com vista à sua realização eficaz, rápida e pontual, a concretização com autonomia das tarefas atribuídas, a partilha de informações e conhecimentos com os colegas valorizando as contribuições individuais para o resultado do conjunto, actuando para o desenvolvimento de um clima amigável entre os elementos do grupo de trabalho.
 A Eng.ª Sandra Lopes cumpre estes requisitos estando plenamente integrada na UAQR, pelo que a eventual rescisão do seu contrato tem consequências irreversíveis nos resultados desta unidade.
 A UAQR está a funcionar no âmbito da sua capacidade técnica (encerramento do REG 2078/92 encerramento do RUPD e execução do novo quadro-REG 1698/2006, pelo que qualquer alteração nos recursos humanos provoca a rutura do serviço e consequentemente o incumprimento do principal objectivo pagamento atempado das ajudas, cumprindo a execução financeira prevista, e recuperação tempestiva dos montantes indevidamente pagos, de acordo com as regras comunitárias anualmente auditadas em sede de Certificação de Contas efectuada pela Inspeção Geral de Finanças.

Habilitações Literárias

Licenciatura em Agronomia - Ramo de Economia e Sociologia Rural

Formação profissional

Sandra Lopes, 17 de Agosto de 2004

Página 13 de 21

Departamento DAD - Departamento de Ajudas Directas

Serviço DAD - UADR

nome *Sandra Isabel Franco Coelho F. N. Lopes*

- Curso no âmbito da Economia e Gestão do Ambiente e dos Recursos Naturais - DEASR - ISA
- Formação em Sistemas de Bases de Dados - Microsoft Access



segunda-feira, 11 de Agosto de 2009

Página 16 de 20